

"A Justiça é a verdade suprema"

As razões de apelação em favor do sr. Pedro Ernesto, elaboradas pelo advogado Bulhões Pedreira

Não se conformando com a sentença do Tribunal de Segurança, que o condemnou a tres annos e quatro mezes de prisão o sr. Pedro Ernesto, ex-prefeito do Distrito Federal, interpoz recurso de apelação para o Supremo Tribunal Militar, do accordão do Tribunal de Segurança. O advogado Mario Bulhões Pedreira, ao qual coube redigir as razões de apelação, falando, hontem, a O IMPARCIAL, teve oportunidade de nos dar a ler o seu trabalho, que



O dr. Mario Bulhões Pedreira, advogado do sr. Pedro Ernesto

CONDEMNADA ANTECIPADA

Principia o dr. Mario Bulhões Pedreira por examinar os fundamentos da condenação do ex-prefeito do Distrito Federal para chegar a seguinte conclusão:

"Na ante-veza do julgamento, depois do ensaio geral dessa parodia de justiça que se representou a portas fechadas, na sala nobre da antiga escola Barth, espoliada á instrução da infancia para agasalhar o Tribunal de execução, não occultavam os empreitadores da detenção do prefeto o jubilo que os animava, ante a noticia de abdicção por parte do Tribunal de

Segurança, das prerogativas de juizes, transformados por vontade propria e, sem duvida, atendendo a superiores "razões de Estado", em meros delegados do Poder. Desde esse momento podiamos afirmar repetindo o que escreveu Guizot em 1843, ao definir situações semelhantes na justiça do seu paiz: "C'est n'est plus une portuite judiciaire qui s'instruit, c'est une question politique qui s'agit".

O JULGAMENTO DE CONSCIENCIA

A defesa do sr. Pedro Ernesto se encaminha, depois, para a já bastante debatida questão do "julgamento de consciencia" attribuido aos juizes do Tribunal de Segurança. E o advogado Bulhões Pedreira especifica o caso do ex-prefeito do seguinte modo:

— No caso do dr. Pedro Ernesto, as condições especiaes do processo, onde se não debatem themas jurídicos, susceptíveis objectiva de factos, certos, provados, indiscutíveis, consideraria o maior dos ultrajes assuados á intelligencia, á dignidade e á independencia dos eminentes membros do Tribunal de Segurança Nacional, qualquer reserva sobre o reconhecimento da sua innocencia — que tem a fatalidade dos surtos irremediáveis da verdade quando lrompem das altas regiões da consciencia humana. Desde o momento que o illustre dr. Raul Machado caracterizou, em conceitos, definitivos a exacta significação do criterio de julgamento do Tribunal de Segurança, demonstrando que a lei, neste particular, "não annovou coisa alguma" e aos seus membros jamais se permitia fulgar "sem attenção á vida expressiva dos elementos comprobatorios ou indicativos dos autos e sem consulta á realidade dos factos" toda a questão se restringiu ao conhecimento de taes factores de convicção verificados no processo. Quaes elles sejam, toda a Nação conhece. Quanto aos elementos de accusação: meras conjecturas, baseadas em boatos, que se desfazem ao contacto com a prova, ou fundados em fragmentos de correspondencia, que

se revelam falsos e inverosímeis.

"MEDO METAPHYSICO"

E é com as seguintes palavras que a defesa do sr. Pedro Ernesto examina a conducta do Tribunal de Segurança:

— Os membros do Tribunal de Segurança desprezam a Historia. Servindo a interesses, com abandono dos principios, noite alta, clandestinamente, segregados na mais rigorosa incommunicabilidade, condemnaram Pedro Ernesto com argumentos que o absolvem, precisamente aquelles a que haviamos respondido por antecipação...

Condemnaram-no por algum tempo — tanto quanto se faz mister para o processo, em grau de recurso, ser submettido ao julgamento normal de juizes regulares. Mas a si mesmos condemnaram-se para sempre.

Crescerá o assombro da sentença, e com elle o opprobrio, á medida que os annos dilatarem as perspectivas da monstruosidade á visão da critica imparcial e inexoravel. Nem jámais se apagará da memoria do povo as circumstancias do julgamento.

O Tribunal, insulado num quadro de força, fizera desviar de suas portas o trafego urbano, e, sob ordens severas, em marcha lenta, guardando distancia, passavam ao largo vehiculos e transeuntes, como se naquelle edificio envolto no silencio e no mysterio, se assistissem aos ultimos momentos de uma agonia sagrada. E' que lá dentro haviam armado a ega da liberdade e da honra na camara ardente da justiça...

Houve quem estranhasse tão grande apparato bellico circumvallando uma corte judiciaria.

Num paiz em que os juizes se abroquelam na propria dignidade e encontram a defesa de suas vidas menos na força de armas que no respeito publico pela toga, a magistratura do estado de guerra, julgando de consciencia, acastellou-se em reducto forte, com a garantia de grandes contingentes da policia civil e militar, infantes, cavallarios pelolões da brigada de choque da Policia Especial, munidos de fuzis-metralhadoras.

Houve quem estranhasse... Entretanto, o phenomeno tem a mais segura explicação psychologica. Agiu o Tribunal sob o determinismo da necessidade intima, inconsciente, de protecção, despertada pelo sobresalto interior, pela angustiosa crise moral e provocada pela "censura", na technica de Freud, procurando, graças á substituição, aquietar-se com providencias de exteriorização defensiva, como se o ameaçasse a realidade objectiva de um perigo externo.

Esse estado da alma bem o traduziu Splenger em locução suggestiva: — era o "medo metaphysico".

DESPREZO OLYMPICO PELO PROCESSO

Examinando o accordão do Tribunal de Segurança, o advogado do sr. Pedro Ernesto focaliza um sentido aprioristico com as seguintes expressões:

— Caracteriza-se o accordão, em relação ao appellante, pelo apriorismo de uma deliberação que, no desprezo olympico pelo processo, prescinde de redarguir a provas e a argumentos nelle existentes ou que elle suscita, em opposição manifesta ás allegações de solidariedade e de auxilios que se imputam ao appellante como tendo prestado á causa da insurreição. Indifferente á expressão probante dos documentos, desinteressado da critica que emerge dos autos através a analyse demorada e exhaustiva, por nós realizada, de todas as peças de convicção alludidas no relatório, dir-se-la, não uma sentença, mas o pronunciamento de quem evitou enfrentar o processo no conjunto dos seus elementos, pela impossibilidade de sustentar a conclusão condemnatoria tendo de responder á demonstração de defesa. Sentença presuppõe julgamento. Julgamento requer exame das razões de ambas as partes e, principalmente, dos factos provados num e noutro sentido. O abandono absoluto de tudo quanto se levanta nos autos affirmando, positivamente, exigido da razão humana, o reconhecimento da realidade; o silencio completo sobre os dados materiaes e os imperativos logicos conducentes a convicção antagonica aquella que se prefere e que se proclama; retiraram de uma decisão a autoridade de sentença, que passará a exprimir a voz do arbitrio, a palavra da conveniencia, o eco de vontades despoticas, sobranceiras ás exigencias da verdade, cuja verificação constitue o objecto de todo procedimento judiciario."

CONCLUSÃO

E termina a defesa elaborada pelo advogado Mario Bulhões Pedreira, em favor do sr. Pedro Ernesto:

— Foi o que já sustentamos nestes autos: "E' livre no sentido de que assegura ao juiz a faculdade de formar sua convicção, emancipado das regras da avaliação da prova, e como iniciativa de produzi-la, permitindo que a realize, aprecie, interprete, anime, vivifique, á luz da razão, da experiencia, da investigação psychologica, de modo a esculpir na sentença não a verdade formal. Aquella determinada pelo concurso dos factores previstos na lei — mas a verdade real, que se encontra na objectividade efectiva do facto".

Consequentemente mal avisado se houve o accordão orientando-se pelo "technicismo juridico" da Procuradoria, quando proscreveu o valimento da carta do dr. Eliezer, "por se tratar do co-réo foragido".

"Amparado pela distancia" ou desprotegido pela proximidade, foragido ou não, as declarações não prevalecem como esclarecimento da justiça, pelo local de onde emanam nem pela condição de quem as produz, mesmo em attenção á sua verosimilhança, credibilidade e harmonia com os demais elementos de prova existentes no processo.

E o estudo a que submetemos a prova dos autos, no conjunto das referencias ao appellante e na particularização das peças seleccionadas pela policia, como indicativas de sua responsabilidade, demonstrou que só uma explicação existe, racional e honesta, para o manifesto artificialismo que as caracterizam: a "mystificação" bem intencionada "do dr. Eliezer Magalhães.

EGREGIOS SENHORES MINISTROS

A justiça é a verdade suprema. Os antigos a consagravam, como a verdade unica. E as portas deste Tribunal nunca se fecharam ás suas solicitações.

São ellas que hoje se erguem até vós no brado de revolta de quem não foi julgado, mas justificado, e no clamor do protesto da sociedade brasileira, attingida directamente pelo arbitrio e pela iniquidade de um simulacro de julgamento, menos attentatorio ao direito individual que á segurança collectiva.